



Comissão de Pregão II

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 161/2023

Processo Licitatório nº: 9.988/2023

Processo de Recurso nº: 28.656/2023

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 161/2023

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento continuado de oxigênio medicinal domiciliar, equipamentos e acessórios domiciliares, a fim de atender a demanda da Subsecretaria da Atenção Básica.

RECORRENTE: LUMIAR HEALTH BUILDERS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA

RECORRIDO: PREGOEIRO

01. Trata-se de **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa, **LUMIAR HEALTH BUILDERS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA**, por meio de seu representante legal, com espeque no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto nº 1024/2019, subsidiados pela Lei nº 8.666/93, em face de ato administrativo praticado pelo **PREGOEIRO** da Comissão de Pregão II, no Edital do **Pregão Eletrônico nº 161/2023**.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 017 de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que constitui a Comissão de



Comissão de Pregão II

Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

I. DAS PRELIMINARES

03. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências, tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso.

II. DOS FATOS

04. Conforme dados disponibilizados na Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Licitação nº 161/2023 e documentos acostados ao processo, verifica-se que:

05. Às 10:00 horas do dia 16 de outubro de 2023, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 017 de 01/01/2023, em atendimento às disposições contidas na Lei Nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo Nº 9988/2023, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Nº 00161/2023. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento continuado de oxigênio medicinal domiciliar, equipamentos e acessórios domiciliares, a fim de atender a demanda da Subsecretaria da Atenção Básica. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.



Comissão de Pregão II

06. Após o Julgamento das Propostas e Habilitação sagrou-se vencedora do certame a empresa **HOSPITAL EM CASA LTDA.**

07. Às 16:08 do dia 16/10/2023 foi aberto o prazo para que qualquer licitante manifestasse, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, conforme consta no item 22.1 do Edital nº 161/2023;

08. Foi registrada uma intenção de recurso, a qual foi aceita pelo pregoeiro, que solicitou a apresentação de motivos, fundamentação e provas para as alegações apresentadas;

09. A empresa: **LUMIAR HEALTH BUILDERS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA**, apresentou o recurso para o único lote em 19/10/2023;

10. A empresa: **HOSPITAL EM CASA LTDA**, apresentou contrarrazões para os recursos em 23/10/2023;

III. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

11. Alega a **RECORRENTE**, em síntese, que:

a) A recorrente sucintamente alega que, ***o atestado de capacidade técnica apresentado pela recorrida, não atende ao edital por não comprovar o quantitativo fornecido; não informou corretamente em sua proposta as informações de marca/fabricante dos aparelhos ofertados; não apresentou Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE em nome da licitante; apresentou documento dos índices financeiros referentes ao seu balanço patrimonial sem assinatura do representante legal da empresa.***



Comissão de Pregão II

IV. DOS PEDIDOS DA RECORRENTE

12. Requer a **RECORRENTE**:

a) *“Preliminarmente, que o presente Recurso Administrativo seja recebido com efeito suspensivo, conforme previsão legal”;*

b) *“Que seja dado total provimento ao presente recurso, a fim de que, após reavaliado os equipamentos ofertados pela recorrida e da documentação habilitatória por esta apresentada, se reconheça a irregularidade NOTÓRIA, reformando a decisão de adjudicação e declarando-a inabilitada para o certame”;*

c) *“Por fim, que seja a recorrente convocada, pois única que efetivamente cumpriu o edital e detém condições de entregar o objeto licitado.”*

III. DAS ALEGAÇÕES EM SEDE DE CONTRARRAZÕES

12. A recorrida sucintamente alega que ***o texto do subitem 21.1 do edital não menciona a comprovação de quantitativos, ao contrário do que afirma a recorrida; que conforme diligenciado em sessão pelo pregoeiro foi encaminhado folders de todos os equipamentos, com as informações de marca e fabricante; que conforme documentos apresentados, a ANVISA não está emitindo autorização de funcionamento para distribuidores de Gases Medicinais, impossibilitando a recorrida de possuir o referido documento; que o índices referentes ao balanço patrimonial estão devidamente assinados pelo Contador.***

13. Requer a recorrida:

a) *a TOTAL IMPROCEDÊNCIA do Recurso Administrativo interposto pela Empresa RECORRENTE, uma vez que os fatos alegados não podem prosperar, sob pena de ferir direitos fundamentais da licitação;*



Comissão de Pregão II

b) *E diante de tudo, a consequente adjudicação e homologação do certame em favor do Hospital em Casa LTDA.*

IV. DA ANÁLISE DO MÉRITO

14. **Quanto as alegações do atestado de capacidade técnica apresentado pela recorrida, não atende ao edital por não comprovar o quantitativo fornecido;**

15. O Edital do Pregão Eletrônico nº 161/2023 em seu Item 21.1 traz que:

*21.1 - Apresentar atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I deste Edital, com clara menção do produto e execução bem sucedida, quanto ao cumprimento de prazos, especificações e **qualidade** dos mesmos. A documentação apresentada deverá conter informações que permitam contatar a empresa atestante para fins de aferição.*

16. Conforme se extrai do texto editalício, não se verifica a exigência pontual de quantitativos mínimos para comprovação da capacidade técnica da empresa licitante, insta salientar, que caso restasse dúvida quanto a capacidade técnica da empresa esta comissão poderia ainda, em sede de diligência nos termos do subitem 29.5 do edital, solicitar documentos complementares para esclarecer qualquer dúvida.

17. **Quanto as alegações da recorrente que alega que a recorrida não informou corretamente em sua proposta as informações de marca/fabricante dos aparelhos ofertados:**



Comissão de Pregão II

18. Conforme se verifica na Ata de Realização do Pregão Eletrônico nº 161/2023, este pregoeiro solicitou a licitante vencedora o envio de manual ou ficha técnica para realizar a adequada análise comparativa com os aspectos técnicos exigidos no Termo de Referência, os quais continham dentre as especificações e demais informações dos aparelhos a marca e fabricante, dos produtos ofertados. Insta salientar que os aparelhos foram devidamente aprovados, através de laudo, pelo setor técnico da secretaria requisitante e disponibilizado a todos os interessados durante a sessão.

19. Quanto a alegação que não apresentou Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE em nome da licitante.

20. Em sede de recurso este pregoeiro promoveu diligência junto ao site da ANVISA através do link <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/setorregulado/regularizacao/medicamentos/gases-medicinais/informacoes-gerais>, onde no item 10, o órgão esclarece sobre a concessão de Autorização de Funcionamento - AFE para Gases Medicinais.

21. Em trecho extraído no link acima a ANVISA informa que:

*Considerando o impacto regulatório no mercado de gases medicinais e as especificidades do setor, a **ANVISA ainda não estabeleceu os requisitos com a concessão de AFE para as empresas que realizam as etapas de distribuição, armazenamento e transporte de gases medicinais e, portanto, essas empresas não necessitam de AFE para seu funcionamento. (grifei)***

22. Desta forma a exigência recaia apenas aos fabricantes de Gases conforme informação do próprio órgão regulador, tendo a empresa, s.m.j. atendido ao disposto no edital, apresentando a AFE do fabricante do produto ofertado.



Comissão de Pregão II

23. Quanto a alegação que apresentou documento dos índices financeiros referentes ao seu balanço patrimonial sem assinatura do representante legal da empresa.

24. O edital em seu subitem 20.4.2 assim dispõe:

20.4.2 - As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado. **Os índices calculados poderão ser solicitados como documento complementar pelo pregoeiro. (grifei)**

25. Não obstante o documento com os índices já calculado ser acessório a apresentação do balanço patrimonial e o edital possibilitar a solicitações dos mesmos de forma complementar, este pregoeiro entendeu ser uma exigência desnecessária e meramente protelatória, a diligência pela apresentação de novo documento com o cálculo dos índices assinado, também, pelo representante legal, visto que a assinatura do profissional competente foi apresentada juntamente com o balanço patrimonial completo, o que por si só já seria suficiente para comprovar a qualificação econômico-financeira da licitante.

V. MANIFESTAÇÃO DO PREGOEIRO

26. Reputando todo o exposto na análise do mérito, que este Pregoeiro adota como fundamento para decidir, resta comprovado que NÃO ASSISTI RAZÃO à recorrente em suas alegações, motivo pelo qual deverá ser mantido o resultado anteriormente proferido.



Comissão de Pregão II

VI. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

27. Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, e sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa **LUMIAR HEALTH BUILDERS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 161/2023, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, permanecendo o julgamento anteriormente proferido, mantendo habilitada a empresa **HOSPITAL EM CASA LTDA**, no Pregão em comento.

28. Diante do não provimento do recurso interposto, encaminho o presente processo para decisão, pela autoridade superior, de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, nº 161/2023.

29. Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 25 de outubro de 2023.

JONATHAN PINHEIRO CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matricula: 206.870